

D. JOÃO IV E A TENTATIVA DE REUNIFICAÇÃO IBÉRICA

Após o golpe de 1 de Dezembro de 1640, uma parte significativa da nobreza – seguindo a convicção do governo de Madrid, que apontava para um rápido retorno à dominação filipina – mantém-se fiel a Filipe IV: uns, como D. Francisco de Melo de Bragança, D. Filipe da Silva e António de Brito, continuam a combater, em diversos pontos da Europa, nas hostes do rei espanhol; outros, como o duque de Aveiro e o conde de Sabugal, mantêm-se, em cargos políticos, ao serviço de Espanha. Em Fevereiro de 1641, acolhem-se no país vizinho o conde de Tarouca, D. João Soares de Alarcão e os filhos do Vice-Rei do Brasil, Marquês de Montalvão. Em Julho do mesmo ano – como sucede, frequentemente após os golpes de estado –, é detectada e prontamente reprimida uma conspiração favorável ao retorno à situação anterior a 1 de Dezembro. Aparecem envolvidos na intentona diversos membros da família Meneses: o marquês de Vila Real, D. Luís de Noronha e Meneses, o duque de Caminha (filho do antecedente), o arcebispo de Braga, D. Sebastião Matos de Noronha, o conde de Armamar, D. Rui Matos de Noronha, e diversos outros nobres e prelados. Seriam todos presos e, posteriormente, degolados num cadafalso armado no Rossio, para exemplo de quantos sonhavam, ainda, com o regresso dos Filipes.

À proclamação da independência segue-se, naturalmente, a consciência da difícil situação em que o reino se encontra. No plano da política externa, o apoio dos países inimigos da Casa de Áustria – França e Holanda – revela-se dramaticamente aquém do que esperariam os revoltosos. Por outro lado, da Inglaterra de Carlos I não é de confiar ajuda de peso. O antigo aliado encontra-se à beira de grave crise interna e são amistosas, na época, as suas relações com Madrid. Sintomaticamente, nos primeiros contactos diplomáticos entre Portugal e Inglaterra, após a Restauração, nenhuma das partes invoca a validade de qualquer aliança anterior. Deste modo, mais se salienta a escassez dos recursos indispensáveis para conduzir a inevitável guerra contra as tropas do rei de Espanha.

D. João IV vai sentir – talvez como nenhum outro monarca português – as angústias decorrentes do desalinhamento internacional de Portugal. De facto, o reino já não pertence ao bloco da coroa espanhola, mas ainda não se inseriu no bloco antagónico. Talvez por isso, se entenda a surpreendente tentativa para negociar o casamento do príncipe herdeiro português, D. Teodósio, com a princesa Maria Teresa de Áustria, filha única e herdeira de Filipe IV, levada a cabo, em 1650, com o prestimoso empenhamento do padre António Vieira. D. João IV envia o jesuíta a Roma para, através de outros membros da Companhia de Jesus, fazer chegar a Madrid a proposta portuguesa. Nas extensas instruções que dá a António Vieira, datadas de 11 de Dezembro de 1649, o monarca português, depois de uma longa introdução, em que recorda e analisa os principais males de que entende padecer a Espanha de Filipe IV, prossegue deste modo:

Com um só remédio se podem curar tantos males presentes e futuros, tão fácil que não depende de mais que de o querer o mesmo enfermo que padece: este é casar a Infanta de Castela com o Príncipe meu muito amado e prezado filho, sobre todos único desvelo de todo o meu cuidado, arbítrio em que primeiro se começou a falar pelos Castelhanos, como tendes entendido... [...]

Mais adiante, faz o elogio de D. Teodósio, apontando as especiais virtudes dinásticas de que se encontra habilitado para o sugerido matrimónio:

Quando a sucessão das coroas está em fêmeas é máxima de estado recebida e seguida de todos casá-la com o maior homem do Reino, por livrar dos inconvenientes que nascem de trazer a ele Príncipe estrangeiro que não é necessário referir, porque são notórios, como também as leis que há nos Reinos mais bem governados que provem particularmente neste caso. O Príncipe meu sobre todos muito amado e prezado filho, ainda abstraindo-me da qualidade de Rei, pelo parentesco que tem com a Infante por sua ascendência, e por Senhor da

Casa de Bragança de que descendem todos os Príncipes da Cristandade, é sem controvérsia de ninguém o maior Príncipe que vive em Espanha, é parente em graus muitos conjuntos de quase todos os grandes de Espanha, fala quase a sua mesma língua, e há os de tratar com a maior humanidade; e há os de honrar e beneficiar com muita vantagem a todos os outros que podem ser escolhidos, pois de direito se não pode duvidar, como também das outras conveniências do casamento. Quem deixará de conhecer e de confessar que convém efectuá-lo sem dilação, e dar sucessores legítimos a tantos Reinos antes que os Reinos venham a buscar sucessores, ou eles entre si os dividam e espedacem?

*A união de Portugal a Castela, que é o segundo cuidado daquele Reino, se consegue por este caminho não só com suavidade mas **com sumo gosto de todos**, cessando a guerra e as consequências que traz consigo, descansando os vassallos aliviando e separando os Reinos verdadeiramente cansados com tão contínuos trabalhos...*

Verdadeiro apóstolo do retorno à união, D. João IV vai mesmo ao ponto de desmascarar os inimigos de Castela – e, por conseguinte, os aliados de Portugal – desta forma deveras surpreendente:

Em resolução, os inimigos de Castela, que sempre os há-de ter, maiores ou menores, segundo for maior ou menor sua grandeza, têm entendido que o que sobretudo lhes convém é a conservação e desunião deste Reino, como padrao mais vizinho e poderoso, para dele inquietarem, divertirem e consumirem a Castela, metendo-lhe quando for tempo no mais interior de seus Reinos a guerra que até agora padeceu....

Aconselhando Vieira a algumas cautelas na forma de abordar o assunto na Corte de Roma, D. João IV recomenda que

se quiserem saber a forma em que se poderá fazer este casamento e união do Reino, podereis responder o seguinte:

Que vós falais nestas matérias como particular sem terdes para isso ordem alguma, que é o que sempre haveis de dizer e procurar persuadir, mas pelo que sabeis do Reino tendes por certo que a prática se admitirá e abraçará nele com geral satisfação e contentamento de todos; que a forma vos parece a vós ficarem com o casamento o Príncipe e Infante Reis de Portugal e de Castela, se El-Rei [Filipe IV] não tivesse filho varão; e se o tivesse ficaria o Príncipe e a Infante de Portugal, cessando desde logo as guerras para se seguirem do casamento as utilidades apontadas. E ainda que neste último caso se não una em todo Portugal e Castela, hão-de ter entre si tal união de armas e de ânimos que virá a ser o mesmo ou igualmente útil este segundo caso que o primeiro...

Regressando às bases do plano de D. João II – em que a paz com Castela era pilar essencial do progresso do reino – o rei português abraçava a causa da união ibérica contra a qual se rebelara em 1640. E era tal a convicção com que defendia esta possibilidade, que estava disposto a abdicar no filho para acelerar a sua ascensão à condição real:

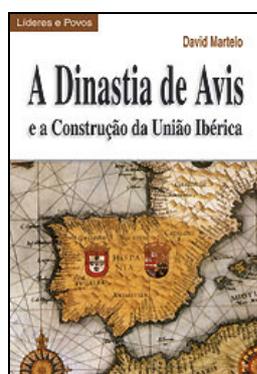
*Pode lho parecer grande o haver de ficar o príncipe e a infanta os anos que Deus for servido dar-me vida privados do título e governo de reis, e ficá-lo eu logrando. Será, pode ser ainda mais duro de tragar a El-Rei de Castela e seus ministros; porém, é tal o amor que tenho ao príncipe, e tal a confiança que tenho do seu, e **desejo tanto ver a meus vassallos o descanso da paz**, que facilmente*

*vencerei este inconveniente, renunciando-lhe a coroa, com tal condição que assim ele como a infanta hão neste caso de viver ao Reino, sem sair dele nem irem a Castela.*¹

A missão de António Vieira, em Roma, malograr-se-ia por completo, ao que parece porque a tal se opôs o próprio Filipe IV. É praticamente seguro, todavia, que o segredo de que se revestira a diligência do padre jesuíta acabou por ser quebrado – certamente com o limitado escândalo que as condições da época facultavam. Na verdade, era o próprio espírito do 1.º de Dezembro que morria às mãos do seu principal beneficiário. Que o assunto deve ter incomodado o sector mais conservador da sociedade portuguesa prova-o o facto de, já muito idoso, António Vieira ter sentido necessidade de, sobre ele, se pronunciar publicamente, aproveitando o sermão de acção de graças pelo nascimento do infante D. António, em 1695. Procurando justificar a embaraçosa diligência de que fora incumbido, afirmou, então, o antigo agente de D. João IV:

*Agora me consintam os portugueses que lhes tire uma espinha da garganta. Porque vejo que estão notando a El-Rei de que quisesse neste contrato desfazer o que tinha feito, e tornar a unir o que tinha desunido. Mas é porque até agora calei uma cláusula do projecto, sem a qual eu também não havia de aceitar a comissão. A cláusula é que no tal caso a cabeça da monarquia havia de ser Lisboa; e deste modo se conseguia para o nosso partido a segurança, e para o governo da monarquia a emenda. O erro que tem causado muitos em Espanha, como ponderam os melhores políticos, é estar a corte em Madrid. Por isso, El-Rei Filipe o segundo, quando veio e viu Lisboa, logo a sua prudência determinou e prometeu passar a corte para ela. E a esse fim se começou a edificar aquela parte de palácio que chamam o Forte. Tendo Espanha tanta parte dos seus domínios no mar Mediterrâneo, tanta no mar Setentrional, e tantas e tão vastas em todo o mar Oceano, havia de ter a corte onde as ondas lhe batessem nos muros: e dependendo todo o manejo da monarquia da navegação de frotas e armadas, e dos ventos que se mudam por instantes, que política pode haver mais alheia da razão, que tê-la cem léguas pela terra dentro, onde os navios só se vêem pintados, e o mar só na água, pouca e doce, que o Inverno empresta ao Mançanares?*²

David Martelo – 2004



Leitura complementar

¹ Bibl. Nac. Cód. 1461, fundo antigo, fol. 98 v. e seg.. Cópia. Conforme publicado In J. LÚCIO DE AZEVEDO, *História de António Vieira*, Vol. I, pp. 321-325. Sublinhado nosso.

² ANTÓNIO VIEIRA, *Sermões*, Tomo X, pp. 336-337.